

Mistura que não dá certo

Wilson Coutinho *

No dia 16 do mês passado, uma quinta-feira, 24 horas depois de ser prestigiado com um jantar em São Paulo com mais de 1.500 empresários e banqueiros, o ministro Marcílio Marques Moreira exibiu seu plano de reforma fiscal durante um almoço com um grupo de senadores.

Na ocasião, foi alertado pelos senadores Ronan Tito, José Eduardo Vieira e Fernando Henrique Cardoso das dificuldades da aprovação do ajuste. Se passasse na íntegra mexerica, segundo o deputado José Serra, com 19% de matéria constitucional. Marcílio apontou então para o perigo de uma hiperinflação, caso o plano não fosse aprovado.

No horizonte de seu austero programa econômico Marcílio considera inviável uma hiperinflação. O deputado Roberto Campos (PDS-RJ) pensa da mesma forma. Para ele, uma política monetarista com recessão não faz o demônio da hiper aparecer no inferno.

Para muitos economistas — como, por exemplo, Antônio Barros de Castro — a necessidade de algum ajuste teria produzido a frase do ministro. Ele a teria utilizado como argumento, forte por sinal, para mobilizar a opinião pública. Em julho, Marcílio ainda podia jogar suas fichas em algum tipo de reforma.

Hoje o problema de Marcílio é diverso. Ele não está conseguindo livrar-se da velha mania tupiniquim que mistura

num mesmo caldeirão política e economia. A associação das duas acaba não dando certo. O economista Edmar Bacha, o criador da *Belíndia*, foi presidente do IBGE na época do Plano Cruzado I, e sofreu na pele o desvio da economia para as tramóias da política, quando exigiram que mudasse para baixo os índices da inflação. Bacha pediu o bonê.

A utilização da economia para fins políticos ou vice-versa é uma arma usada uma sem-cerimônia típica de filme de faroeste. A ditadura militar ostentou o sucesso do “milagre econômico” como barreira para evitar a legitimação do governo pelo voto e o Plano Cruzado usou a “inflação zero” contra uma possível hiperinflação porque não dispunha de base política.

Teve, por algum tempo, sucesso. Sarney foi saudado nas ruas e ascendeu em pontos no Ibope. Para segurar votos para o PMDB nas eleições de novembro, alongou o Plano, quando 22 entre 23 governadores do partido foram eleitos.

O PMDB (reprisando a antiga Arena) ganhou o título de maior partido do Ocidente. O resultado econômico, em seguida, foi o Cruzado II, que levado à realidade aumentou as tarifas públicas. O povo, logo, estava contra Sarney. A economia saiu perdendo para a política.

No final do governo Sarney, com Mailson da Nóbrega como ministro, a inflação rondou os 70%, permitindo que Collor, um desconhecido governador de Alagoas, desancasse um presidente que estava levando o país ao caos e que tinha

usado as armas do fisiologismo para manter-se em seus cinco anos presidenciais.

De novo, o país passa a sofrer com o fato de pôr-se a política e a economia num mesmo caldeirão. Isto pode levar a lenta arquitetura construída pelo ministro da Economia ao desmantelamento. É a opinião, por exemplo, do professor de economia da PUC-Rio, Gustavo Franco. “A CPI jogou por água abaixo todo o trabalho de Marcílio, que vinha ganhando vitórias táticas”, alega ele.

Não que a CPI fosse culpada — mas sim o mar de escândalos que subiu e chegou ao tombadilho do governo. “Um governo enfraquecido pode voltar-se para o fisiologismo, e isto sim, acabaria com todo o processo de modernização, e como resultado o monstro inflacionário pode voltar”, avalia o economista.

Edmar Bacha, que já passou pelo sufoco do envolvimento da política com a economia, é radical. “Deveríamos fazer um cordão sanitário em volta da Economia: ela deve ser uma política do Estado e não do governo”, diz ele, sem esquecer das manobras políticas do Plano Cruzado.

O possível *impeachment* do presidente Collor e o fisiologismo para detê-lo traria, então, dois males: o país retornaria ao passado — ou melhor, à sua velha história oligárquica —, e deixaria a modernização e o futuro embalsamados em mais um museu de utopias.

* Repórter especial do JORNAL DO BRASIL